

CRISTINA ROBALO CORDEIRO
COORDENAÇÃO

TOLOGIA

FRANCOFONIAS EM DIÁLOGO

Dos anos 80
à atualidade

iu

AQUILO EM QUE ACREDITO¹

Bernard Kouchner

Eu tenho muito poucas ilusões, mas tenho um sonho.

A prevenção.

Proponho que, em todos os ministérios dos Negócios Estrangeiros da Europa, seja criada uma Secretaria de Estado para prevenção de conflitos. Eles teriam representantes em todas as embaixadas, reportariam as ameaças, os conflitos potenciais, as urgências e as necessidades. Os seus interlocutores: as organizações humanitárias no terreno, os intelectuais dos países envolvidos, os representantes de todas as comunidades, de todos os partidos políticos, de todas as confissões religiosas. Tudo isso constituiria um verdadeiro instrumento de alerta. Uma organização não-governamental sediada em Londres, e implantada em sessenta países, trabalha há vinte anos na base deste princípio. Trata-se da *International Alert*. Os seus membros sabem onde vão desencadear-se as novas crises, conhecem as suas causas e os meios de as evitar. Para tal, organizam seminários, convidam as elites do Terceiro-Mundo para realizarem estágios, refletem em conjunto sobre o método que permitiria ultrapassar os conflitos. Ninguém os escuta, claro, o mundo não desperta nem se indigna a não ser quando se ultrapassa os cem mil mortos.

¹ Kouchner, Bernard (1995). *Ce que je crois*. Paris: Grasset, pp. 122-128.

A organização humanitária não funciona somente como uma ambulância e os seus adeptos como maqueiros. Trata-se de um olhar sobre o mundo, de um método e de uma moral. O movimento universal que se constitui, a atração que ele exerce sobre a juventude proíbe as reduções demasiado sumárias. Pretender colocar de novo o ser humano no centro do sistema, não impede a reflexão política. Ela impõe-se e sem caricatura. Fala-se ou escarnece-se da ingerência a qualquer pretexto. Ela é um sucesso, mas igualmente um perigo. De que é que se trata? Trata-se da velha propensão dos seres humanos para eliminarem massivamente os seus semelhantes. Perante o regresso dos racismos e do antissemitismo, a Europa volta a ser um continente de risco, no momento em que as intolerâncias intimidam o mundo. De que modo se podem impedir os tremendos assassinatos que são noticiados? Este papel deve caber aos corajosos voluntários das organizações humanitárias? Foi para isso que as fundámos. É necessário reforçar os seus meios e a sua independência. A fim de permitir às organizações neutrais, e somente a elas, o acesso àquelas que sofrem, propusemos à ONU os “corredores humanitários”, ao mesmo tempo que atribuímos às vítimas, pela primeira vez, uma personalidade como titulares de direitos. Nós conhecemos a eficácia destas organizações, que causam admiração. “Il faut sauver les corps”, dizia Camus. Nós fizemo-lo. Aperfeiçoámos a intervenção de urgência, o atendimento médico às vítimas. Felicitamo-nos por isso.

Esforcemo-nos, presentemente, por reduzir o número de vítimas, por reter o braço dos carrascos. É isso que designamos por uma política. A democracia impõe-se por toda a parte, ainda que não tenha vencido na mesma medida. As ideias e os sistemas evoluem por todo o mundo. Por vezes, parecem-me ser mais perfectíveis do que os seres humanos. O sucesso da palavra “ingerência” é ambíguo, palavra essa que os média confundem com a “assistência” e que a imprensa e os políticos plebiscitam por motivos por vezes contraditórios. Não se trata de intrusão de tipo imperial ou colonial na

soberania dos Estados. Não se trata da ação de um único país ou de um exército que representariam o papel de soldados do mundo, tal como os Estados Unidos fizeram amiúde na América Latina. Trata-se de um progresso político e humano, de um futurismo, de uma evolução da opinião pública seguida de uma inflexão do direito, de uma prevenção. Os contornos desta solidariedade moderna são ainda inexistentes, mas começam a desenhar-se as formas deste exército sem fronteiras das Nações Unidas. Pouco a pouco, é criada a proteção das minorias. Dentro de uma década, tal proteção será uma realidade. A ONU será reconfigurada, já que o sistema criado em 1945 se encontra desfasado das realidades atuais. Ela permitirá, graças ao acordo maioritário e mais voluntarista dos Estados, a prevenção dos sofrimentos em larga escala. Imaginemos a intervenção dos Capacetes Azuis antes dos disparos dos canhões. Perez de Cuellar, antigo secretário geral das Nações Unidas, que defende fortemente esta ideia, preconiza a existência de um Comité de Sábios formado por personalidades indiscutíveis, o qual deverá ser consultado pelas Nações Unidas e estabelecer os limites do inaceitável. As propostas dos políticos e dos juristas estão a surgir e surgirão. Será isso o direito de ingerência: o fim da não-assistência a pessoa em perigo no mundo.

Os *french doctors* criados por nós, aliados aos indispensáveis média, alteraram a indignação no mundo. Atualmente, os estudantes de medicina começam a aprender a medicina humanitária e reencontram uma vocação humanista. [...]

Eu sei que a juventude não deseja que lhe encham a cabeça de política: acreditará ela, sequer, na política? Em contrapartida, acredita na generosidade, segundo pude constatar, pois a noção de humanitário é vasta, ambiciosa e precisa. Estes homens, que não seriam unicamente comandados por Ocidentais, saberiam os motivos de se aventurarem no terreno. Para tal, o que é necessário? Dinheiro? Sim. Se uma décima ou vigésima parte dos orçamentos militares fosse alocada ao exército dos direitos do Homem, seria exequível.

É necessário existir vontade política. Por outro lado, esta ideia figura desde sempre na Carta das Nações Unidas. Este projeto existe, está previsto há quarenta e cinco anos, porquê continuar a esperar?

Tal supõe, simultaneamente, que se estabeleça uma codificação para este direito de intervenção, para esta diplomacia especial. Onde? Com quem? Como? Durante quanto tempo? Porquê? É necessário pensar nestas questões em conjunto com os líderes internacionais, inclusivamente os dos países mais pobres, nos quais arriscamos intervir; é preciso que eles compreendam que queremos proteger as suas minorias, e não apropriar-nos dos seus recursos mineiros. Em suma, é urgente trabalharmos antes de as guerras serem declaradas, caso contrário... A França passou por essa experiência no Líbano: nós chegámos em plena guerra, instalámo-nos no edifício Drakkar, que veio a explodir. Cinquenta e dois mortos. Regressámos com as urnas, perguntando a nós próprios o que tínhamos ido fazer para o meio daquela barbárie. Perguntem aos Sérvios da Bósnia o que pensam acerca disso.

É necessário alterar a nossa diplomacia, sempre curativa, e concede-lhe um papel preventivo.

TRADUÇÃO E NOTA INTRODUTÓRIA DE
ROSÁRIO NETO MARIANO
Universidade de Coimbra